



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE  
PERNAMBUCO INSTITUTO MENINO MIGUEL  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**LIONIZA SEVERINA DOS SANTOS**

**PROGRAMA VIDA NOVA**

**UMA POLÍTICA DE RESSIGNIFICAÇÃO E PERTENCIMENTO PARA E COM A  
POPULAÇÃO DE RUA EM PERNAMBUCO**

## Recife –PE

202

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Sistema Integrado de Bibliotecas  
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- T249p Santos, Lioniza Severina dos Santos  
Programa Vida Nova: Uma Política Pública de ressignificação e pertencimento para e com a população de rua em Pernambuco / Lioniza Severina dos Santos Santos. - 2023.  
44 f. : il.
- Orientador: Dr. Mauricio Sarda Faria.  
Coorientador: Dra. Valeria Gomes.  
Inclui referências e apêndice(s).
- Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Especialização em Gestão de Políticas Sociais, Recife, 2023.
1. Políticas Sociais. 2. Programa Vida Nova. 3. População em situação de rua. I. Faria, Dr. Mauricio Sarda, orient. II. Gomes, Dra. Valeria, coorient. III. Título

CDD 320.6

---

**LIONIZA SEVERINA DOS SANTOS**

**PROGRAMA VIDA NOVA**

**UMA POLÍTICA DE RESSIGNIFICAÇÃO E PERTENCIMENTO PARA E COM A  
POPULAÇÃO DE RUA EM PERNAMBUCO**

|

|

Monografia apresentada ao Instituto Menino Miguel, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Gestão de Políticas Sociais.

Orientador: Dr. Maurício Sardá Faria

**Recife –PE**

**2023**

**LIONIZA SEVERINA DOS SANTOS**

**PROGRAMA VIDA NOVA**

UMA POLÍTICA DE RESSIGNIFICAÇÃO E PERTENCIMENTO PARA E COM A  
POPULAÇÃO DE RUA EM PERNAMBUCO

APROVADO EM 25/04/2023

BANCA EXAMINADORA

Doutora Raquel Uchoa Fernandes

Mestre Priscila Karla da Silva Marinho

**“Aqueles que param esperando que as coisas melhorem, acabam descobrindo mais tarde que os que não pararam estão na frente, e não podem mais**

**serem alcançados.” Rui Barbosa**

|  
|  
|  
|

|  
|  
|  
|  
|  
|

**Ao Divino Espírito Santo por me inspirar e guiar meus passos, aos meus pais Manoel e Severina Julia, por me ensinar o caminho do bem, com muito amor ao meu esposo Mário Mota e meus Filhos Mário Neto e Pedro Fernandes por estarem sempre ao meu lado nas jornadas da vida.**

### **AGRADECIMENTOS**

Aos professores Valéria, Humberto, Gabriela, Rogério, Raquel Uchoa, Maurício, Hugo Monteiro e Shirley Samico, meu agradecimento especial pelos ensinamentos e dedicação durante o curso.

Ao Governo de Pernambuco (gestão 2010/2022) por me oportunizar ser Gestora da Proteção Social Especial de Média Complexidade, onde contribui para o fortalecimento do SUAS e da garantia de direitos, sobretudo para a população mais vulnerável.

De um modo muito especial as amigas e companheiras de trabalho: Paula Vanuza por tornar possível a realização desse curso, a Izabel Aquino e Mércia Aguiar por serem memórias vivas do Programa Vida Nova e muito me ajudaram nas pesquisas e informações.

Ao meu orientador Professor Maurício, pela atenção e orientação prestada para obtenção do sucesso dessa monografia.

## **RESUMO**

Os resultados e as informações contidas nesta monografia são a culminância da pesquisa de campo realizada durante os meses de agosto de 2022 a abril de 2023 no decorrer do Curso de Especialização em Gestão de Políticas Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE. A referida pesquisa teve como objetivo geral analisar a implantação e execução do Programa Vida Nova do Governo do estado de Pernambuco, que tem como fundamento a garantia de direitos às famílias e indivíduos em situações de risco e vulnerabilidade social e pessoal, através dos serviços e ações/intervenções realizados nas Unidades do Programa Vida Nova, que promovem ações de proteção social especial de média e alta complexidade, atendendo assim, as determinações da Lei organica da Assistencia Social – LOAS nº8742 de 07/12/93, da Política Nacional de Assistencia Social- PNAS e Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social- NOB/SUAS. Para tanto, a pesquisa em tela foi desenvolvida através da busca dos marcos regulatórios, decretos, normativas técnicas, propostas pedagógicas do programa, além de conversas com profissionais e jovens envolvidos no programa desde sua idealização. O intuito foi identificar

os pontos fortes e/ou fragilidades do programa, para assim propor uma intervenção positiva para sua continuidade, reconhecendo sua importância para o atendimento a população jovem e adulta que vive em situação de vulnerabilidade e risco social, sobretudo aqueles em situação de rua. O trabalho acadêmico estrutura-se em três capítulos, organizados em I Memorial, onde está retratada minha trajetória de vida pessoal, acadêmica e profissional, bem como uma revisão dos temas abordados durante o curso, fazendo uma interface das políticas sociais com o cotidiano no trabalho; II Conceitual – fazendo uma revisão da literatura, partindo do estudo dos textos selecionados através de uma leitura crítico-analítica dos conteúdos vistos durante o processo formativo; III Projeto de Intervenção, análise da execução do Centro da Juventude de Santo Amaro. Assim, este trabalho apresenta mais do que seu aspecto acadêmico, mostra uma possibilidade de fazer a academia voltada para intervenção da realidade e superação das desigualdades sociais, através de uma análise real, propiciando aos sujeitos, empoderamento sobre a superação das suas vulnerabilidades.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas Sociais; Programa Vida Nova; População em situação de rua

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	7
<b>2</b>	
<b>MEMORIAL</b> .....	8
<b>3 Políticas Públicas e sua interface com as políticas Sociais</b> .....	12
3.1 O campo das Políticas Públicas.....	12
3.2 Considerações sobre o conceito de política pública.....	14

3.3	Política Social.....	15
<b>4</b>	<b>Projeto de Intervenção.....</b>	<b>23</b>
4.1	Apresentação do Programa Vida Nova.....	23
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>34</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>36</b>
	<b>APENDICE.....</b>	<b>38</b>

## 1- INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca fazer análise de um importante programa do Estado de Pernambuco, denominado VIDA NOVA, como política pública voltada para atendimento de crianças, jovens e adultos que vivem em situação de vulnerabilidade social, sobretudo aqueles em situação de risco e rua. A organização do trabalho monográfico é feita em capítulos, iniciando com o memorial, onde narramos nossa trajetória de vida acadêmica e profissional, além de relatar temas relevantes que foram discutidos durante o curso de especialização em gestão de políticas sociais, temas estes que de certa forma nos levaram a despertar para escolha do projeto de intervenção: PROGRAMA VIDA NOVA - Uma política pública de ressignificação e pertencimento para e com a população de rua em Pernambuco, com recorte para o Centro da Juventude de Santo Amaro.

A metodologia utilizada foi, no primeiro momento, a descritiva, onde a partir das vivências narradas ao longo do curso, podemos evoluir na construção do conhecimento e aprendizagem quanto aos conteúdos do programa de pós-graduação, gerando assim um memorial de histórias, superações e conquistas acadêmicas e profissionais. No segundo momento, escrevemos um capítulo conceitual, fazendo uma revisão da literatura, partindo do estudo dos textos, selecionados através de uma leitura crítico-analítica dos conteúdos vistos durante o processo formativo.

Ao final, temos a criação de uma proposta interventiva na qual se trabalhou a aplicação do conteúdo aprendido com a intervenção no campo de atuação, estimulando o potencial criativo com possibilidade de transformação da realidade vivenciada no território.

A relevância deste trabalho está no fomento da análise, construção e apresentação da trajetória e dos resultados alcançados na execução de um programa social, na perspectiva de construir uma visão positiva da atuação no campo das políticas sociais, implicadas com a diminuição das desigualdades sociais, estimulando assim, uma melhor implantação e aplicabilidade de programas e serviços socioassistenciais, ampliando olhares sobre a conjuntura sócio-histórica contemporânea que vive as políticas de estado.

## 2- MEMORIAL

A palavra memorial, nos remete a um passeio/viagem em nossa história de vida pessoal, acadêmica e profissional, e por muitas vezes se faz necessário mergulharmos em nossas lembranças e materializa-las em forma de texto para permitir que, através da leitura, outras pessoas possam nos reconhecer. Nesse capítulo, vamos refletir sobre a nossa própria experiência de vida, nossa trajetória profissional e nosso percurso no curso de especialização.

E com muito orgulho de uma trajetória de vida com meio século de história, uma menina que nasceu na Zona rural do interior de Pernambuco, filha de agricultores, alfabetizada aos 8 anos de idade e que, para ter acesso ao Ensino Fundamental, percorria 5 km de distância de bicicleta, para fazer o Ensino Médio pegava caronas para cidade que ficava distante 15 km.

Mesmo com tantas dificuldades e ainda muito jovem, entendia que para enfrentar essa realidade social, o único caminho a ser percorrido era mesmo a educação, persistiu e, com uma ideia fixa de se formar professora para ensinar na comunidade onde morava, conseguiu fazer uma graduação **em Letras**, em seguida sendo aprovada no concurso público municipal para o cargo de professora.

Com os alunos, pais e comunidade foi descobrindo que era preciso alargar o conhecimento para colaborar com novos projetos, inovar a prática educativa e sair da “zona de conforto”. Saiu para outra cidade para fazer o Curso **de Pós-Graduação** “Lato-Sensu” Especialização em programação do ensino da Língua Portuguesa. No ano seguinte foi promovida para atuar como Supervisora Escolar, onde permaneceu por 17 anos. Durante esse período participou de vários cursos, congressos, seminários, palestras, conferências entre outros.

Em janeiro de 2012, assumiu a Gerência de Proteção Social Especial de Média Complexidade do Estado de Pernambuco, no âmbito da Secretaria Executiva de Assistências Social, onde passou a fazer gestão dos serviços e programas socioassistenciais, voltados para atendimento as pessoas que vivem em situação de risco e vulnerabilidade social. Nesse período, foi possível participar de eventos voltados a gestão de políticas sociais, entre eles:

Encontro Nacional do CONGEMAS, com o tema: Financiamento do SUAS – Desigualdades Regionais e a Gestão Municipal; Conferência Municipal de Assistência Social, participou também do Curso de Atualização em proteção Social no SUAS a indivíduos e famílias em Situação de violência- Fortalecimento da rede socioassistencial.

Nessa trajetória profissional, foi possível tratar de temas importantes e necessários para contribuir no enfrentamento às situações de vulnerabilidade e risco social da nossa sociedade, através dos CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social, junto às equipes municipais, realizando ações voltadas ao enfrentamento das violações de direitos: Enfrentamento ao Trabalho Infantil; abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, violência contra o idoso, negligência contra criança, entre outras.

E, para ampliar ainda mais o conhecimento, em abril de 2022, ingressou no **curso de Especialização em Gestão de Políticas Sociais**, ofertado pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), através do departamento de Letras e do Instituto Menino Miguel, por meio do Contrato 012/2021, celebrado entre a Fundação Apolônio Salles – FADURPE e a Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude do Governo do Estado de Pernambuco -SDSCJ (atual SDSCJPVD), com financiamento do Programa Nacional de Capacitação- Capacitasuas, com o objetivo de qualificar a prática de gestão em políticas sociais, para melhor atuar na efetivação da política da assistência social/SUAS. Utilizamos a experiência adquirida ao longo dos últimos 11 anos na realização das ações e atividades dos serviços e programas socioassistenciais do governo do estado para expandir as discussões sobre as necessidades **sociais** que têm origem na sociedade e são incorporadas e processadas pelo Estado em suas diferentes esferas de poder (federal, estadual e municipal).

No início do ano de 2023, tive a grata satisfação de ser convidada pela gestão da Prefeitura do Recife para compor a equipe de um importante programa de requalificação e resiliência urbana – ProMorar, na qualidade de Gerente de Programa Cidadã, onde pretendo utilizar todo conhecimento adquirido durante o curso de especialização.

Sobre as aulas realizadas no curso, podemos destacar vários momentos riquíssimos, podendo citar alguns: iniciando pela palestra do professor Paulo Januzzi, tivemos a oportunidade de aprender, sobre vários aspectos no campo das políticas sociais, entendendo a natureza dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas, além da sua relevância para discussão da agenda da política social, de sua validade em representar o conceito indicado e da confiabilidade dos dados usados na sua construção.

Na disciplina de metodologia da pesquisa, passamos a aprender a função e as principais características de gêneros acadêmicos, leitura e análise de textos do domínio discursivo acadêmico, planejamento e produção textual de acordo com as normas da ABNT, todas informações voltadas para a elaboração do projeto de intervenção, objetivando orientar e desenvolver as competências para a leitura e a produção dos textos acadêmicos, considerando aspectos linguístico-discursivos e estruturais. Tivemos também as noções básicas sobre a estrutura de trabalhos acadêmicos, respeitando a organização do gênero projeto de pesquisa: elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais.

Seguindo o curso tivemos uma disciplina, onde refletimos sobre Direitos Humanos e Políticas Sociais, cujo tema vem adquirindo importância no campo do direito. Isso se deve ao progressivo reconhecimento de que a efetividade dos direitos humanos demanda a consecução de políticas públicas que, por sua vez, orientam-se pelos direitos a serem por meio delas efetivados. Estes temas não apenas estão relacionados, como se pressupõem, reciprocamente.

De acordo com o professor Hugo Monteiro, é preciso analisar como efetivamente estamos respeitando os direitos humanos na assistência social: de fato estamos nos cuidando? estamos cuidando do outro? Se faz necessário cada vez mais fundamentar a importância sobre direitos humanos, entendendo que é impossível fazer políticas públicas sociais sem o devido respeito aos direitos humanos, aos costumes e crenças que se diferem de outras comunidades tradicionais. As políticas sociais, que devem assegurar e respeitar os direitos humanos, ainda não são garantidos como direito humano universal. A falta de acessos a determinados bens e serviços, como a saúde, a educação, a moradia, segurança, a alimentação, por exemplo, não é acessível para todos.

No contexto da política atual, percebemos a fragilidade e a falta de proteção das minorias, sobretudo as pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade e risco, pessoal e ou social. Vivemos em uma sociedade “conservadora” que nos rotula e exige um certo padrão de comportamento e a música do Tiago York, no final da aula, nos levou a uma profunda reflexão sobre a importância do cuidado com o emocional.

Outras questões também foram vivenciadas em aula, ouvindo a música de Anitta e já fazendo uma análise da repercussão que aconteceu após sua apresentação em Portugal, onde parte da sociedade fez duras críticas ao seu modo de se vestir e dançar. O professor fez uma observação importante: “as mesmas pessoas que estavam xingando Anitta, possivelmente são as mesmas que ajudam os desabrigados, fazem caridade”. Parece paradoxal, é difícil entender

porque as pessoas atacam as outras pelo simples fato de não concordarem com sua forma de agir e pensar. O mesmo acontece com Luiza Sonza, onde as pessoas se acham no direito de criticar seus posicionamentos e formas de lidar com suas imagens pela mídia.

Entendemos que tanto Anitta quanto Luisa são mulheres empoderadas, independentes financeiramente e que, portanto, não devem satisfação a ninguém, assim como toda e qualquer mulher tem total autonomia para fazer da sua vida o que quiser, e é dessa forma que nos tornamos livres e mais leves. As políticas sociais precisam levar a sociedade a refletir quem tem direito a ter direito? Como fazer uma política de enfrentamento ao não reconhecimento desse direito? Partindo do princípio que somos importantes, e que devemos ser os primeiros a nos respeitar. Analisando uma música de Marília Mendonça, "De Quem É A Culpa?", foi possível debater sobre um sentimento que consegue mexer com toda estrutura de um ser humano: a "culpa", e através da música se afluíram vários sentimentos.

Na sequência, iniciamos a disciplina Participação, Controle e Gestão Social, onde pudemos entender que o processo de democratização brasileira ocorreu de uma forma bem diferente já vivenciada por outros países, como Estados Unidos e França. A construção de uma cultura cívica, bem como da cidadania, deu-se de maneira distinta, marcada por forte tradição cultural centrada no Estado em relação à sociedade e ao mercado, o que permitiu a Carvalho (1996), ao analisar o longo percurso da "cidadania" no Brasil, cunhar o termo "estadania" como forma de expressar a negatividade histórica da cidadania.

No Brasil, diversos fatos da história da administração pública propiciaram o fortalecimento de uma "estadania". A crescente desigualdade social do país estimula a consolidação de uma cultura muito pouco favorável à ação coletiva e aos valores igualitários, fundamentais à democracia. Ribeiro (2007) destaca que a democracia exige a participação de pessoas dotadas de autonomia moral. Essa autonomia moral demanda um grau razoável de independência e segurança econômica. Assim, Ribeiro defende a ideia de que no Brasil predomina uma "democracia representativa excludente", em que poucos desfrutariam da real condição de cidadania. Se faz necessário, cada vez mais, refletir sobre democracia e cidadania, entendendo como a formação histórica do Estado brasileiro impulsionou o fortalecimento de uma "estadania" nacional em detrimento da cidadania.

É preciso, portanto, interpretar uma questão muito importante: a administração pública no Brasil atua a favor da construção da cidadania ou representa a administração do Estado centralizador? Será que os direitos sociais, no caso brasileiro, são reforçados em função da

ausência dos direitos civis, de acordo com Carvalho (2007), onde não há nem autonomia para escolher os representantes? Todos esses aspectos são traços fortes do processo de colonização portuguesa no Brasil.

Ao final da disciplina, tivemos um diálogo muito importante com Joaquim de Melo Neto que é uma referência nacional e internacional em bancos comunitários e moedas sociais como estratégias para o desenvolvimento social, na ocasião foi apresentado como surgiu o banco Palmas, evidenciando o trabalho comunitário, o planejamento, a organização social.

Por fim, como estudante do curso de Especialização em Gestão de Políticas Sociais, sinto-me contemplada por um conjunto de conhecimentos adquiridos durante essa trajetória, que me impulsionou a continuar estudando, pesquisando e defendendo causas muitas vezes esquecidas, por se tratar de uma população que vive a margem da sociedade, excluída e invisível, refiro-me a população em situação de rua.

### **3. POLÍTICAS PÚBLICAS E SUA INTERFACE COM AS POLÍTICAS SOCIAIS**

Nesse capítulo, vamos tratar dos conceitos de políticas públicas, fazendo uma interface com as políticas sociais, enfatizando a importância de ambas na execução de ações e serviços sociais que por muitas vezes seguem caminhos distintos, perdendo sua essência social.

#### **3.1 O Campo das Políticas Públicas**

O cenário atual se configura como um grande desafio para profissionais de diferentes áreas envolvidos com o trabalho social, principalmente para aqueles cujo compromisso político vincula-se à garantia e à afirmação dos direitos sociais enquanto elemento imprescindível para a materialização da cidadania.

Para entender melhor o que de fato são políticas públicas, se faz necessário aprofundar o estudo sobre alguns termos essenciais das ciências políticas, pois o termo política, por exemplo, pode assumir duas conotações principais. Pensando sobre as concepções de Bobbio (2002), politics, é a atividade humana ligada a obtenção e manutenção dos recursos necessários para o exercício do poder sobre o homem, nos levando a pensar de imediato em competições políticas partidárias. Algumas frases exemplificam o uso desse termo: “a política é para quem tem estômago”, “meu esposo adora falar sobre política”, “odeio política”.

O segundo sentido da palavra “política”, policy, é a mais concreta e tem relação com orientações para a decisão e ação. Em organizações públicas, privadas ou do terceiro setor, o

termo “política” está presente em frases do tipo “nossa política de compra é consultar ao menos três fornecedores”, “a política de empréstimo daquele banco é muito rigorosa”.

Pensando com Leonardo Secchi (2017), o termo política pública (public policy) está vinculado ao segundo sentido da palavra “política”, pois políticas públicas de fato tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões. Podemos exemplificar o uso desse termo de “política” com as seguintes frases: “temos de rever a política de educação superior no Brasil”, “percebe-se um recuo nas políticas sociais de países escandinavos nos últimos anos”.

Para Secchi (2017), uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público, isto é, uma orientação à atividade ou passividade de alguém. Nesse pressuposto uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público, isto quer dizer que a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante.

Pensando com ÁVILA (2001) são várias as maneiras de abordar as questões ligadas ao planejamento de um projeto social. Vamos enfatizar aqui três dimensões que nos parecem fundamentais para entender a dinâmica desse processo. Ele é, ao mesmo tempo:

- um processo lógico, pois é necessário que seus conteúdos e passos sejam precisos, sistemáticos, em um encadeamento racional de seus elementos e de suas ações;
- um processo comunicativo, já que o documento do projeto deve ser o resultado de uma construção coletiva, criando na organização um consenso quanto aos objetivos, estratégias e resultados e, externamente, possa convencer e informar sobre a importância e a necessidade de sua implementação e da competência da organização para fazê-lo eficaz;
- um processo de cooperação e articulação, já que não é possível mais trabalharmos isolados; é preciso compartilhar nossos sonhos com o “outro”, nossos parceiros e colaboradores, é preciso desenvolver a capacidade do diálogo, do convencimento e da negociação, a capacidade de trabalharmos juntos, com nossas identidades e diferenças. É fundamental hoje “sair para o mundo” na busca de novas parcerias e na integração com as redes sociais existentes.

É preciso lembrar, ainda, que essas três dimensões são perpassadas por uma outra, a

dimensão pedagógica: descrever, analisar e sintetizar fatos e informações; saber comunicar-se, persuadir, convencer; compreender e operar nosso entorno social, reconhecer e aceitar diferenças; saber trabalhar em grupo de maneira participativa, tudo isso faz parte de um importante aprendizado social.

### **3.2 Considerações sobre o conceito de política pública**

Todas essas reflexões nos remetem a nossa prática cotidiana, pois nos levam a aprofundar e analisar o que de fato entendemos por políticas sociais do ponto de vista acadêmico e sistemático, estabelecendo uma relação ao que de fato executamos e ao que deveríamos executar. Analisando o pensamento de Minayo (2001), a história da ciência revela não um “a priori”, mas o que foi produzido em dado momento histórico com toda relatividade do processo de conhecimento. Daí entendendo que o objeto de estudo das ciências sociais possui: consciência histórica, identidade entre sujeito e objeto, intrínseca e extrinsecamente ideológica, essencialmente qualitativo (embora possa ser quantitativa) e cuja metodologia é o caminho do pensamento e a prática exercida na realidade, inclui teoria da abordagem, e que é preciso, portanto, ir para além do senso comum.

Importante também entender os tipos de projetos, para atuar de acordo com seus conceitos: Projeto de pesquisa: visa à produção de conhecimentos com base em recortes teórico-metodológicos determinados pelas diversas áreas científicas, e não tem, necessariamente, uma aplicabilidade prática, nem visa a uma intervenção imediata. Já o projeto técnico tem caráter mais prático e restrito e está voltado para um setor específico, além de ficar sob a responsabilidade de um profissional formalmente reconhecido. O projeto social, por fim, tem por objetivo propor uma intervenção em determinada realidade, buscando solucionar algum problema social e melhorar a qualidade de vida das pessoas envolvidas. Mas, afinal qual projeto vamos fazer?

Entendendo que o projeto constitui a parte mais elementar dentro da lógica do planejamento, pois é nele que se definirão os detalhes do processo de intervenção direta na realidade social, objetivando produzir alguma forma de benefício para o meio em que será implementado, um projeto social pode beneficiar-se de pesquisas acadêmicas para alcançar seus objetivos, e é nesse campo que pretendemos atuar com nosso projeto de intervenção.

Aprofundando os debates, na disciplina Estado e Políticas Públicas, entendidas a partir

da relação entre a ação governamental e os processos políticos, sua definição, "para que servem?", foi importante entender os processos decisórios das políticas públicas, em suas complexas relações: atores, instituições, dinâmica Estatal e governamental. Os conteúdos devem ser amplamente discutidos através da leitura dos textos, sendo possível entender as diferenças e semelhanças entre as definições de políticas públicas nos textos da Celina Souza (2006), Leonardo Secchi (2017) e a palestra com o professor Paulo Jannuzzi (no segundo semestre de 2022). É possível notar na análise feita pelos referidos autores, diferenças em suas abordagens teóricas sobre as Políticas Públicas: Secchi (2017) e Celina(2006) têm uma visão mais próxima quando se trata de conceituação, esses veem os problemas como ponto de partida para as políticas públicas, com ações de governo e outros atores para a resolução desse problema. Já na visão de Januzzi em palestra 2022, a Política Pública é vista como empreendimento e resulta em demandas, sendo que, a não atenção as demandas pode gerar problemas. Refere-se ainda que "o não se fazer", a não tomada de decisão sobre determinado problema público, também é uma política pública, ou melhor, uma política de omissão. Observa-se que, na visão dos três autores, embora tendo alguns pontos divergentes, o Estado e o governo são colocados como atores principais ou viabilizadores no campo das Políticas Públicas.

Entre outras, temos especialmente as **Políticas de Seguridade e Desenvolvimento Social**, que em suas teorias, origens e funções das políticas sociais no Estado Capitalista nos remetem a Esping Andersen (1991), que nos proporciona um entendimento amplo sobre os tipos de *Welfare State*, cuja definição é envolver a responsabilidade estatal para garantir o bem-estar básico dos cidadãos, nos permitindo compreender que o tipo conservador são aquelas políticas de bem estar que mantem a estrutura e o status diferenciado das classes sociais, enquanto o tipo liberal tem que comprovar meios para poder acessar as políticas. Percebemos que ainda hoje algumas políticas sociais são praticadas dessa forma, ou seja, o usuário precisa comprovar seu estado de pobreza para poder ser contemplado. Por outro lado o tipo social democrata busca as políticas mais universalizantes, pensa a política para todos, cria uma rede de proteção social que garanta a produção e reprodução na vida das pessoas, leva à mobilização de classes no sistema parlamentar, é um meio para realização das ideias socialistas de igualdade, justiça, liberdade e solidariedade.

Duas questões formuladas por economistas políticos do século XIX, nortearam os debates: 1. A distinção de classe diminui a extensão da cidadania social? Isto é, o welfare

state pode transformar fundamentalmente a sociedade capitalista? 2. Quais são as forças causais por trás do desenvolvimento do welfare state?

Entendemos, portanto, que tais questões retratavam convicções liberais, conservadoras ou marxistas, cujas preocupações eram voltadas para relação entre capitalismo e bem-estar social, ficando evidente que suas análises convergiam para o relacionamento entre **mercado** como propriedade e **Estado** como democracia. Durante as discussões, estabelecemos um paralelo com nossa prática cotidiana no trabalho e levantamos questionamentos sobre a necessidade de saber se as políticas sociais são emancipadoras ou não. Discutimos uma interface entre política social, promoção social e desenvolvimento social, pois é preciso pensar nas políticas intersetoriais.

Avançando assim para o campo do desenvolvimento social, vimos que é preciso dialogar com outras instâncias para entender e colaborar na discussão de projetos estruturadores voltados para a população, reconhecendo que a assistência social sozinha não consegue resolver as necessidades da população. Se faz necessário entender que políticas de proteção social e promoção social precisam andar juntas, é preciso proteger e ao mesmo tempo buscar situações que torne a vida da população mais confortável. Segundo Célia Lessa (2012), a construção do nosso Estado de Bem-Estar Social vem se desenhando desde os anos 30, onde foram construídas políticas de seguridade social, a exemplo da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) marco legal que estabelece as normas regulatórias para as relações individuais e coletivas de trabalho no Brasil. Ela foi aprovada pelo decreto-lei N.º 5.452 em 1943 e, desde então, passou por atualizações e reformas.

### 3.3 Política Social

No campo da Política Nacional de Assistência Social, cabe assinalar que ela visa também a promoção da integração ao mercado de trabalho, como na Lei n° 12.435 de 6 de julho de 2011, que alterou a Lei n° 8.742 de 7 de dezembro de 1993, cujo artigo 2º dispõe sobre a organização da assistência social e seus objetivos. E ainda a Resolução n° 33 de 28 de novembro de 2011, que define a promoção da integração ao mercado de trabalho no campo da assistência social e estabelece seus requisitos.

Considerando que **a função primeira da assistência social é a Proteção Social** e que a integração ao mundo do trabalho não é de responsabilidade exclusiva da Assistência social, mas, resultado da ação intersetorial de diversas políticas públicas, é importante lembrar que a

assistência social tensiona a demanda para a oferta de determinados serviços, inclusive do sistema de trabalho, emprego e renda, ressaltando que **o trabalho sem proteção social é uma violação de direito** e que, portanto, precisa ser combatida. Esta mesma resolução acima mencionada reconhece a capacidade e potencialidade dos usuários da assistência social, podendo assim, promover o seu protagonismo na busca de direitos, relacionados ao mundo do trabalho, bem como o resgate da sua autoestima, autonomia e resiliência. É preciso entender que os indivíduos e suas famílias devem ser atendidos no conjunto de suas vulnerabilidades, identificadas a partir do processo de integração ao mundo do trabalho, ou aos mundos do trabalho, indo para além do trabalho formal (subordinado), valorizando o trabalho de quilombolas, indígenas, catadores e tantos outros que geram renda no campo teórico e de experiências da Economia Solidária.

Algumas questões importantes nos levaram a entender melhor a relação entre inclusão social, inclusão produtiva e a inserção no mundo do trabalho. O que é na prática uma inclusão social? Tirar uma família da condição de vulnerabilidade é inclusão social? Incluir uma pessoa no sistema capitalista para ser subordinada, é inclusão produtiva? Essas discussões nos remeteram às ações no campo da promoção social através da inclusão produtiva e economia solidária, que de acordo com o professor Maurício Faria é caracterizada pela autogestão da luta pela produção dos meios de vida, realizada a partir da posse coletiva dos meios de produção e reprodução, entendendo que a posse coletiva dos meios de produção não garante a democratização da gestão do processo de produção.

Estabelecendo um paralelo com o projeto de pesquisa a que nos propomos apresentar nesse trabalho, identificamos uma semelhança na “intencionalidade “: o Programa Vida Nova foi elaborado como uma política pública para dar resposta a um problema social no que concerne ao aumento de indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e ou social) e, de acordo com Secchi (2017), para que o problema seja considerado público este deve ter implicações para uma quantidade notável de pessoas. Sendo assim, a relação entre uma situação inadequada e sua relevância a coletividade, a política pública resulta numa diretriz intencional, “o agir”.

A Constituição do Brasil de 1988, no Capítulo II, Art. 6º, afirma que são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. A assistência social é compreendida como

direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas, com o compromisso de prevenir, fortalecer, garantir e ampliar o enfrentamento das situações de violação aos direitos sociais dos indivíduos, com base no que prevê a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS/1993), e a Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004.

Para garantir a efetividade dos direitos estabelecidos na Constituição de 1988, se faz necessário tomadas de decisões que acontecem a partir da relação entre a ação governamental e os processos políticos. Precisamos então entender os processos das políticas públicas, em suas complexas relações: atores, instituições, dinâmica Estatal e governamental, compreendendo as diferenças e semelhanças entre as definições de políticas públicas.

Isso perpassa pelo reconhecimento de que a efetividade dos direitos humanos demanda a consecução de políticas públicas que, por sua vez, orientam-se pelos direitos a serem por meio delas efetivados. Se faz necessário cada vez mais fundamentar a importância sobre direitos humanos, entendendo que é impossível fazer políticas públicas sociais sem o devido respeito aos costumes e crenças que se diferem de outras comunidades tradicionais.

As políticas sociais precisam levar a sociedade a refletir quem tem direito a ter direito? Como fazer uma política de enfrentamento ao não reconhecimento desse direito? Desmistificar conceitos do imaginário social que violam direitos, resgate da autoestima, sentimentos valorativos e de liberdade, ou seja, utilizando-se do conhecimento e metodologias que provoquem mudanças, cuidar da nossa saúde mental e do outro é fundamental e urgente, utilizar-se de metodologias que contribuam para mudanças de comportamentos.

Segundo Cirilo (2015), a evolução dos Direitos Humanos também está condicionada a atuação e influência de governos, que formulam as Políticas Públicas. No entanto, essas estão à mercê da ideologia e dos projetos societários dos atores nesses governos. Numa perspectiva de governo conservador e negacionista, temos uma regressão dos direitos humanos universais, com a focalização da sua garantia para a parcela da população que compartilha dos mesmos valores e ideais. Por outro lado, um governo progressista desenvolve ações buscando sobretudo provocar transformações coletivas para, em tese, obter a melhoria da qualidade de vida da população, para enfrentar problemas públicos, para atender demandas sociais (SOUZA, 2006).

É preciso, portanto, interpretar uma questão muito importante: a administração pública

no Brasil atua a favor da construção da cidadania ou representa a administração do Estado centralizador? Será que os direitos sociais, no caso brasileiro, são reforçados em função da ausência dos direitos civis? De acordo com Carvalho (2007), todos esses aspectos são traços fortes do processo de colonização portuguesa no Brasil.

E, para garantir que as políticas de seguridade e desenvolvimento social sejam efetivamente elaboradas e aplicadas, é necessário fazer uma vasta reflexão sobre as teorias, origens e funções das políticas sociais no Estado Capitalista.

Duas questões formuladas por economistas políticos do século XIX, norteiam esses debates: 1. A distinção de classe diminui a extensão da cidadania social? Isto é, o *welfare state* pode transformar fundamentalmente a sociedade capitalista? 2. Quais são as forças causais por trás do desenvolvimento do *welfare state*?

Entendemos, portanto, que tais questões retrata convicções liberais, conservadoras ou marxistas, cujas preocupações são voltadas para relação entre capitalismo e bem-estar social, ficando evidente que suas análises convergem para o relacionamento entre **mercado** como propriedade e **Estado** como democracia. Estabelecendo um paralelo com nossa prática cotidiana no trabalho levantamos questionamentos sobre a necessidade de saber se as políticas sociais são emancipadoras ou não, fazendo uma interface entre política social, Promoção Social e desenvolvimento social, pois, é preciso pensar nas políticas intersetoriais, avançando assim, para o campo do desenvolvimento social, é preciso dialogar com outras instâncias para entender e colaborar na discussão de projetos estruturadores voltados para a população, reconhecendo que a assistência social sozinha não consegue resolver as necessidades da população. Se faz necessário entender que políticas de proteção social e promoção social precisam andar juntas, é preciso proteger e ao mesmo tempo buscar situações que torne a vida da população mais confortável. Segundo Célia Lessa (2012) a construção do nosso estado de bem-estar social vem se desenhando desde os anos 30, onde foram construídas políticas de seguridade social, a exemplo da CLT que é um marco da inclusão cidadã.

Para um entendimento maior dessas questões de inclusão produtiva, é muito importante entender sobre as rotas de inclusão produtiva urbana, valorizando a **qualificação**, perpassando pelo mapa de oportunidades local, intermediação de mão de obra, ocupação e renda, MEI e as ações complementares e microcréditos.

Existem pessoas competentes nessa área que podem colaborar bastante para um melhor

entendimento, a exemplo do sr. Joaquim de Melo Neto que é uma referência nacional e internacional em bancos comunitários e moedas sociais como estratégias para o desenvolvimento social, detendo total domínio sobre o Banco Palmas, onde é evidenciado o trabalho comunitário, o planejamento, a organização social, mostrando a construção de uma nova realidade vivenciada em Fortaleza-CE, fortalecendo o poder da comunidade, pois, o poder público pouco pode fazer se não for decidido junto a população que deve ser acolhida, empoderada e capacitada para participar da gestão do empreendimento e comercialização, é preciso que aprenda sobre educação financeira para que possam cuidar do seu espaço.

Joaquim explana sobre a criação do Banco Palmas que iniciou em 1998, cuja estratégia foi elaborada, após realização de uma pesquisa de campo que respondeu a um questionamento: por que somos pobres? E as respostas levaram a conclusão de que não somos pobres, nos empobrecemos porque perdemos nossas poupanças locais, isto é, consumimos tudo que vem de fora. Partindo desse pressuposto o Banco Palmas criou uma moeda social e focou na rede local, oferecendo crédito para o consumo e produção, gerando renda para população, que se organizou em comitê de bairro, receberam o cartão de crédito para comprar no bairro, investindo na sua própria comunidade, surgindo assim as empresas comunitárias, material de limpeza, alimentação, produtos naturais, confecção, academia de modas, entre tantas outras importantes. As escolas têm um papel fundamental para disseminar a cultura empreendedora, iniciando desde cedo o conhecimento desse modelo de inclusão social e solidária.

De acordo com Senna e Garcia (2014), a Constituição Federal de 1988 trouxe consigo a reestruturação das políticas públicas, dando-as maior visibilidade, trazendo a necessidade de sua integração nos diferentes espaços, tanto na gestão quanto na prática, tendo como fator determinante a integração dos mais distintos setores da gestão municipal como condição necessária para a melhoria do seu desempenho.

Sposati, (2006), indica elementos relevantes para se pensar a intersectorialidade no processo de gestão de políticas públicas. A autora entende que a intersectorialidade significa adotar uma decisão racional no processo de gestão através da qual não pode ser considerada antagônica ou substitutiva da setorialidade, mas complementar. Em outras palavras, implica em realizar uma combinação entre política setorial com intersectorial no processo de gestão, e não as contrapor.

Para Arretche (2018), a diversidade dos indivíduos faz com que tenham diferentes necessidades, de modo que levarão uma vida muito distinta se receberem a mesma renda.

Além disso, argumenta que há sólidas evidências empíricas acerca das relações recíprocas entre renda e acesso a serviços. Isto é, tanto a educação afeta a renda dos indivíduos quanto sua renda afeta o acesso à educação; as políticas afetam a renda das famílias na medida em que sua renda real deriva do montante do orçamento familiar destinado a esses itens essenciais, ou seja, a depender a sua renda outras necessidades estarão descobertas, resultando em desigualdades.

Com isso, entendemos que a dignidade da pessoa humana está associada a seu completo bem-estar, onde essas desigualdades são amenizadas com as políticas públicas. Com o paralelo entre renda e educação podemos compreender a complementariedade das ações públicas para esse indivíduo. Entender a complementariedade das políticas sociais é perceber a magnitude do seu alcance, e condição necessária para que os usuários superem a situação de vulnerabilidade e risco social, além de fortalecer o diálogo entre os atores sociais e aprimorar o planejamento em rede.

Pensando com Brante (1997), entendemos que a política social, os programas sociais, os projetos não são apenas canais dessas necessidades e demandas, mas também respostas a elas. Foi neste século, propriamente, que as necessidades e demandas dos cidadãos foram reconhecidas como legítimas, constituindo-se em direitos. Foi também neste século que os direitos dos cidadãos se apresentaram como fundamento da política pública.

No entanto, a cidadania de todos, como conquista da civilização, mantém-se na pauta das lutas políticas; é que as desigualdades sociais não desapareceram e continuam a ser a expressão mais concreta da permanente tensão e presença dos destituídos de direitos.

As prioridades contempladas pelas políticas públicas são formuladas pelo Estado, mas nascem na sociedade civil. Dessa forma, respondendo a uma demanda ou resolução de um problema público, as políticas públicas tornam-se prioridade efetiva quando ingressam na agenda estatal, tornando-se interesse do Estado e não mais apenas dos grupos organizados da sociedade.

É com esse olhar que nos propomos analisar o Programa Vida Nova, atuando de forma menos burocrática e mais voltado para medir a eficácia e efetividade nos resultados, fazendo uma interface da gestão social com a sociedade e com os cidadãos, com o compromisso de assegurar, por meio dessa análise, que as políticas e programas públicos, promovam o acesso efetivo aos bens e serviços .

#### **4 – PROJETO DE INTERVENÇÃO**

PROGRAMA VIDA NOVA – Pernambuco Acolhendo a População em Situação de Risco e Rua, como política pública de Estado e direito do cidadão, com recorte para o Centro da Juventude de Santo Amaro.

Neste capítulo vamos nos reportar ao Programa Vida Nova, fazendo um recorte em uma das suas unidades: O Centro da juventude de Santo Amaro, unidade esta de execução direta do Estado de Pernambuco, onde oferta serviços e ações socioassistenciais para jovens e adultos na faixa etária de 16 a 29 anos.

##### **4.1 Apresentação do Programa**

O Governo do estado de Pernambuco por intermédio do Decreto Estadual nº 30.874 de 10/10/2007, criou o PROGRAMA VIDA NOVA com o objetivo ofertar um conjunto de serviços, ações e intervenções especializadas de proteção social especial de média e alta complexidade, que contribuam para minorar os agravos sociais e o combate às violações de direitos voltados às pessoas que se encontram em situação de risco pessoal e/ou social, sobretudo aqueles que vivem em situação de rua. Visando ainda, assegurar atendimento especializado com apoio, orientação, acompanhamento psicossocial e pedagógico, desenvolvimento de atividades e ações que contribuam para o reconhecimento dos Direitos Humanos e para o exercício da cidadania, potencializar habilidades e talentos, objetivando a ressignificação de sentido de vida e de pertencimento do indivíduo em situação de risco pessoal e/ou social.

No ano de 2007, o Governo do Estado de Pernambuco institui por meio do Decreto Estadual de nº 30.874 de 10/10/2007, alterado para decreto nº 39.851 de 19/09/2013, quando passou a ser denominado PROGRAMA VIDA NOVA – Pernambuco Acolhendo a População em Situação de Risco e Rua. De autoria do então Governador Eduardo Campos, o Programa Vida Nova – Pernambuco Acolhendo a População em Situação de Rua, como uma forma de redução do contingente populacional, mais precisamente voltado a crianças, adolescentes, jovens e adultos, em extrema vulnerabilidade e risco pessoal e/ou social, prioritariamente os

que se encontravam em situação de rua.

Para dá materialidade, organicidade e descentralidade aos direitos e serviços socioassistenciais presentes na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS/1993), na Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Neste momento se estruturava no Estado de Pernambuco a nova configuração da Assistência Social conforme preconizado em suas leis, decretos, portarias e resoluções. Antes do surgimento do Programa, as atividades socioeducativas e socioassistenciais voltadas para adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade e risco eram desenvolvidas pela Estação Futuro e pelos Centros Integrados de Profissionalização Cultura e Esporte – CIPCEs. No seu início, o Programa desenvolvia suas ações em 05 (cinco) Centros da Juventude de execução direta da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos - SEDSDH, localizados em Recife, Olinda, Jaboatão dos Guararapes e São Lourenço, além da parceria com Organizações não Governamentais de atendimento a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidades e em outros municípios do Estado

Nesta época, o Programa contava com o Serviço de Aproximação de Rua (SAR) para as atividades de abordagem social, mapeamento e monitoramento das áreas de maior fluxo de pessoas em situação de rua e busca ativa do público-alvo do Programa. As ações e atividades socioassistenciais, socioeducativas, acolhimento e cuidados eram distribuídas em Unidades denominadas da seguinte forma:

Quadro 1 - Síntese de todas as unidades/serviços do programa Vida Nova

TIPOS DE UNIDADES	ESPECIFICAÇÕES
<b>Centro da Juventude (CJ)</b>	Promove ações de Proteção Social de Média Complexidade através de ações socioassistenciais e educativas, objetivando o fortalecimento dos vínculos familiares e sociais
<b>Centro da Criança e do Adolescente (CCA I)</b>	Atua com ações preventivas de atendimento em jornada ampliada (horário oposto ao escolar), priorizando a inserção ou reinserção escolar e assistência às famílias, higienização e alimentação
<b>Centro da Criança e Adolescente (CCA II)</b>	Promove ações de caráter interventivo, com proteção integral de acolhida ( <b>pernoite</b> ), com ênfase no fortalecimento e ou restabelecimento de vínculos familiares e comunitários

<b>Centro de Atendimento a Usuários de Drogas (CAUD I e II)</b>	oferta serviços de Proteção Social de Média Complexidade, com atendimento em jornada ampliada e focado em ações preventivas, priorizando o atendimento psicossocial com equipe multidisciplinar no aconselhamento, motivação e na reconstrução de projeto de vida
<b>Centro de Atendimento a Usuários de Drogas (CAUD II)</b>	Oferta serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, o atendimento é realizado de maneira integral, ou seja, nos três turnos, incluindo dormida, três ou mais refeições e higienização

Para realização das atividades, no ano de 2008 a equipe do Serviço de Aproximação de Rua – **SAR**, iniciou o cadastramento e inserção de **pessoas em situação de rua** nas Unidades do Programa. Chegando ao seguinte quantitativo:

Quadro 2 - síntese do cadastramento

ANO	PERIODO	CADASTRO	INSERÇÃO
2008	ANUAL	1.699	240
2009	ANUAL	1.410	508
2010	ANUAL	2.899	963
2011	ANUAL	1.948	1.295
<b>TOTAL</b>		<b>7.956</b>	<b>3.006</b>

Quadro 3 – Distribuição dos beneficiários por unidades

ANO DE REFERÊNCIA	TIPOS DE UNIDADES	QUANTITATIVO DE UNIDADES	QUANTIDADE DE USUÁRIOS CADASTRADOS/ INSERIDOS
2008/2009	CCA I - Centro da Criança e Adolescente	23	1575
2010		48	4.327
2008/2009	CCA II- Centro da Criança e Adolescente	06	320
2010		11	440

2008/2009	CJ- Centro da Juventude	16*	1.670
2010		26*	3.820
2008/2009/2010	CAUD I- Centro de Atendimento a Usuários de Drogas	02	225
	CAUD II- Centro de Atendimento a Usuários de Drogas	02	110
2010	CRAUD- Centro de referência e Acolhimento aos Usuários de Drogas e seus Familiares	03	1.104
2011/2012**	CCA I - Centro da Criança e Adolescente	48	4.437
	CJ- Centro da Juventude	21	3.020

**\*Sendo uma Unidade de execução direta do Estado ( Centro da Juventude de Santo Amaro), os demais cofinanciados.**

**\*\*Nos anos de 2011 e 2012 com o início da reorganização das ações voltadas ao crack e outras drogas, com a adesão do Estado ao Programa Federal – Crack é Possível Vencer, as Unidades do Programa Vida Nova destinadas a esse fim foram encerradas e reordenadas em outros formatos de equipamentos que se iniciavam e sobre uma nova metodologia de ação, através de uma nova gestão com o surgimento do Programa ATITUDE.**

No segundo semestre de 2013, seguindo as orientações contidas na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS/1993) e na Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social - NOB/SUAS/2005, alteração/ 2012, foi implantado pelo Governo do Estado o Sistema de Transferência Automática e Regular de Recursos Financeiros – Fundo a Fundo, objetivando não mais financiar suas ações através da Seleção Pública de Entidades Sociais, mas repassando aos fundos municipais de Assistência Social os recursos financeiros para este fim, através de portarias, resoluções e termos de aceite. A partir daí, através de reuniões da Comissão Intergestora Bipartite – CIB, começam a serem definidos por portes dos municípios (Pequeno porte I – até 20.000 hab. Pequeno porte II – até de 20.001 a 50.000 hab. Médio porte – de 50.001 a 100.000 hab. Grande porte – de 100.001 a 900.000 hab. Metrópole – mais de 900.000 hab) a distribuição de metas de atendimento das Unidades do Programa, levando se também em consideração atingir todas as 12 Regiões de Desenvolvimento do

Estado de Pernambuco – RD.

Para executar as atividades e ações socioeducativas e socioassistenciais, o Programa Vida Nova segue, o Decreto Nº 39.851 de 19/09/2013, as normativas técnicas, aprovadas na resolução do Conselho Estadual de Assistência Social -CEAS, sob o nº 317/13 de 25 de novembro de 2013, e uma Proposta Pedagógica para as suas Unidades, elaborada pela Coordenação Técnica e Equipe de Profissionais que implementa e acompanha toda metodologia ali pautada. Tomando como base as **três vertentes** orientadas da Política Nacional de Assistência Social ( PNAS, 2004) – as **pessoas**, as suas **circunstâncias** e a **família**, e a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, buscando pautar suas ações de forma a transcender o individual, singular e adentrando no coletivo. Não se esquecendo de olhar o indivíduo como sujeito de direito e protagonista de sua própria história. O Programa, dispõe também de um Serviço Especializado em População de Rua (SEPOP- Rua) que toma como base o Decreto 7.053, de 29 de dezembro de 2009 que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Mais precisamente no ano de 2016, com a desaceleração da economia e os poucos recursos financeiros do Estado e Municípios houve uma queda brusca no quantitativo de Unidades em funcionamento, restando algumas unidades, dentre elas o Centro da Juventude de Santo Amaro, de execução direta (beneficiando 100 jovens e adultos).

Diante do exposto, fizemos um recorte para analisar uma das unidades do Programa Vida Nova - o Centro da juventude de Santo Amaro- CJ, considerando sua implantação e execução até os dias atuais. Em nossa pesquisa, encontramos muitas informações importantes sobre a dinâmica das atividades realizadas no CJ, e, pretendemos aprofundar a análise dessa execução, o que acontecerá pós curso de especialização

### **Sobre o Centro da Juventude de Santo Amaro.**

O Centro da Juventude de Santo Amaro, Unidade de Atendimento do Programa Vida Nova – PE Acolhendo a População em Situação de Risco e de Rua, executado diretamente pela Secretaria Executiva de Assistência Social – SEASS da Secretaria de Desenvolvimento Social Criança e Juventude – SDSCJ. A Unidade desenvolve atividades socioeducativas e ações socioassistenciais atualmente para 100 adolescentes e jovens, encaminhados pela rede socioassistencial, rede de garantia de direitos, oriundos da comunidade de Santo Amaro e

bairros adjacentes, com a faixa etária de 18 a 29 anos, que vivem em situação de risco e rua e/ou com seus direitos violados. O Centro é um espaço de aquisições progressivas, tendo como objetivo contribuir para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, a construção e ou ressignificação de projetos de vida e a inserção na rede de ensino formal e na rede de qualificação profissional.

O espaço oferta diariamente oficinas Qualificação Social, nas áreas de cidadania e direitos humanos, qualidade de vida, artes, cultura, esporte, dança, percussão, inclusão digital, iniciação ao mundo produtivo, redução de danos aos agravos do uso abusivo de álcool e outras drogas. Além de um trabalho social com as famílias na busca do fortalecimento de vínculos, da reestruturação de laços e da sociabilidade. Além de um conjunto de cuidados e de proteção social, no que se refere a saúde, a segurança alimentar ( implantação de horta orgânica), a cidadania e garantia de direitos.

O equipamento conta com uma equipe técnica qualificada para atender o público alvo, que sejam, os jovens ou suas famílias.

Quadro 4 - Equipe de profissionais do CJ:

<b>FUNÇÃO</b>	<b>QUANTITATIVO</b>
Coordenador	1
Supervisor	2
Técnico Social em Pedagogia	1
Técnico em Serviço Social	1
Técnico Social em Psicologia	1
Técnico em Articulação Institucional	4
Instrutores da Qualificação Social	4
Educadores Sociais	3
Vigia	1
Auxiliar de serviços gerais	4
Apoio Administrativo	1
Motorista	1

Quadro 5 - Resultado das metas alcançadas no mês de março 2023

<b>Indicador</b>	<b>Meta Programada</b>	<b>Meta Alcançada</b>	<b>Observação</b>
Nº De beneficiários acolhidos no Centro da Juventude.	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>Foram acolhidos 123 jovens no período de janeiro a março, dos quais foram inseridos 100.</b>
Nº De beneficiários Frequentando assiduamente as atividades.	<b>80</b>	<b>83</b>	<b>Considerando a média de frequência dos jovens no CJ.</b>
Nº De beneficiários com documentação civil regularizada	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>Todos estão com os documentos regularizados</b>
Nº De beneficiários com consumo de drogas reduzido.	<b>100</b>	<b>83</b>	<b>Considerando a média de frequência dos jovens no CJ.</b>
Nº De beneficiários com melhoria de higiene pessoal	<b>100</b>	<b>83</b>	<b>Considerando a média de frequência dos jovens no CJ.</b>
Nº De beneficiários com autoestima fortalecida.	<b>70</b>	<b>83</b>	<b>Considerando a média de frequência dos jovens no CJ.</b>
Nº De beneficiários orientados sobre cidadania e direitos humanos	<b>85</b>	<b>83</b>	<b>Considerando a média de frequência dos jovens no CJ.</b>
Nº De beneficiários encaminhados para rede de saúde.	<b>70</b>	<b>19</b>	<b>São encaminhados para rede de saúde de acordo com a necessidade.</b>  <b>Sendo: 04 no mês de janeiro, 07 em fevereiro e 08 no mês de março</b>
Nº De beneficiários Frequentando assiduamente as atividades de qualificação social, profissional e vivências práticas	<b>80</b>	<b>83</b>	<b>Considerando a média de frequência dos jovens no CJ.</b>
Nº De beneficiários com qualificação profissional e encaminhados para atividades formais remuneradas e/ou atividades empreendedoras.	<b>80</b>	<b>84</b>	<b>Curso de Empreendedorismo, Doces, Ovos de Pascóia e Bombons e término do curso de cuidador de Idosos.</b>  <b>74 nos meses anteriores e 10 no mês corrente</b>

A equipe de profissionais, junto a parceiros institucionais, como: Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); Serviço Social do Comércio (SESC), entre outros, realizam várias atividades, entre elas:

Oficinas profissionalizantes, como:

-Criação e produção audio visual; Cultura empreendedora; Danças brasileiras; Comunicação-

marketing digital; Formação de roadies; Técnicas de vendas em supermercado; Barbeiro; Cabeleireiro; Eletricista; Serviços domésticos; Construção Civil, Doces e salgados, recepcionista, entre outros.

Quadro 6 - Resumo das oficinas realizadas no CJ nos últimos 4 anos

<b>ANO</b>	<b>QUANTIDADE/ANO</b>	<b>PÚBLICO ATENDIDO/ANO</b>
<b>2019</b>	<b>352 oficinas</b>	<b>196 Jovens</b>
<b>2020</b>	<b>352 oficinas</b>	<b>145 jovens</b>
<b>2021</b>	<b>352 oficinas</b>	<b>228 jovens</b>
<b>2022</b>	<b>256 oficinas</b>	<b>212 jovens</b>
<b>2023 até março</b>	<b>98 oficinas</b>	<b>177 jovens</b>

Importante ressaltar que além das oficinas profissionalizantes, diariamente, são realizadas no Centro da Juventude outras atividades, como: as oficinas de qualificação social, esporte, qualidade de vida, cidadania e direitos humanos, informática, além de ofertar alimentação, vale transporte, fardamento e um incentivo n valor de 100 (cem reais).

## **JUSTIFICATIVA**

A constituição Federal 1988, determina que a assistência social seja prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição à seguridade social, bem como assegura à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária.

O aumento do contingente populacional em extrema vulnerabilidade e risco pessoal e/ou social demanda do Estado maior atuação frente a essa problemática, sendo necessário o desenvolvimento de ações e serviços socio assistenciais.

Dessa forma, o programa Vida Nova, através do Centro da Juventude de Santo Amaro, destina-se a atender jovens e adultos, assim como famílias que vivem em situação de risco pessoal e/ou social, inclusive àqueles indivíduos cujos vínculos familiares estão fragilizados ou rompidos, conforme preconiza a Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004),

entendendo que no contexto das civilizações sempre existiram relações desiguais, hierarquizadas, porém, atualmente, vivemos uma sociedade pós-moderna fortemente marcada por um sistema de descarte que torna os indivíduos vulneráveis e em risco. Uma sociedade que para ter o funcionamento pleno e equilibrado tende a tornar os seus membros objetos desnecessários, desfrutáveis, insignificantes, isto tende a posicionar os indivíduos em uma situação suscetível às vulnerabilidades e risco. Uma vez que estes por se sentirem como seres irrelevantes não conseguem visualizar o presente, buscando alternativas de mudanças e desejo de futuro.

Só através de uma consciência individual e coletiva, que esse quadro caótico de desigualdade tende a se modificar através de sujeitos conscientes, dotados de vontade, de espírito de coletividade e solidariedade, consciente dos seus direitos e deveres, imbuídos de sentimentos de transformação para com o mundo, para a sociedade e comunidade, sendo essa a premissa do Vida Nova, realização sistemática e eficaz de serviços, realizando ações e atividades preventivas e interventivas nas unidades de atendimento, fortalecendo assim, a rede socioassistencial, buscando a promoção, defesa e controle da efetivação dos direitos humanos de crianças, adolescentes, jovens e adultos.

### **Objetivo Geral:**

Analisar o processo de implantação e execução das ações do Programa Vida Nova/CJ Santo Amaro; recursos humanos, público alvo beneficiado e metodologias aplicadas; metas atingidas, traçando um panorama de como se deu sua implementação e buscando sugerir melhorias na sua execução para ampliar ou qualificar as estratégias de intervenção.

### **Objetivos Específicos:**

Promover encontros com profissionais envolvidos na implantação e execução do Programa Vida Nova, resgatando informações desde sua origem aos dias atuais;

Estabelecer diálogos com beneficiários atendidos nas unidades, suas famílias e comunidade;

Fazer registros das informações coletadas;

Identificar possíveis variações sofridas pelo Programa ao longo dos anos, principalmente no tocante as suas Unidades e as várias nuances de suas intervenções no campo das políticas sociais;

Apresentar quadros sínteses que mostram ano a ano, o alcance do Programa no que se refere ao seu público-alvo, metas atingidas e recursos destinados ( quando couber)

Contribuir para que a construção de políticas sociais sejam efetivamente implantadas com e não apenas para, atendendo os anseios e desejos desta população e tornando-a protagonista da mudança de seu contexto biopsicossocial.

### **Atividades**

Identificar os profissionais e beneficiários envolvidos na concepção do Programa Vida Nova e ao longo de sua trajetória;

Reunir documentos, relatórios, fotografias, vídeos, publicações;

Realizar reuniões com a comunidade no entorno das unidades, mapeando o território;

Elaborar um relatório, apresentando o resultado da intervenção analítica, mostrando as potencialidades, mudanças e desafios do Programa Vida Nova.

### **Metodologia**

Levantamento bibliográfico do registro de documentos oficiais, relatórios técnicos mensais e anuais do Programa Vida Nova elaborados pelos profissionais envolvidos;

Sistematização de Dados e elaboração de uma escala de desempenho para auxiliar na avaliação dos resultados;

## Resultados Esperados

O principal resultado esperado é que após a análise das informações, se possa avaliar junto a Gestão Pública e sociedade civil a trajetória do Programa Vida Nova e seus impactos na vida da população envolvida, fortalecendo a importância de trazer para o cotidiano a discussão de temas ligados à cidadania, direitos, respeito, e de que é possível pensar em estratégias de intervenção na realidade, ouvindo as pessoas, utilizando a riqueza do saber popular e da cultura como mecanismo de empoderamento e superação das vulnerabilidades.

Espera-se também propor outras ações que fossem realizadas posteriormente como mecanismo de multiplicação da proposta do programa, atuando diretamente no fomento à participação dos sujeitos na criação de coletivos comprometidos com o debate das questões sociais transformação da realidade, onde cada um participa a seu modo do processo, colocando os saberes diferentes e construindo seu próprio projeto de vida.

## Avaliação

Será feita uma avaliação qualitativa, extraída dos documentos, relatórios, das reuniões, rodas de diálogos e visitas institucionais, analisando as metodologia adotadas, alcance das metas quanto a participação social, e por fim se os beneficiários sentem-se contemplados e mobilizados para defender a proposta no território, levando-a para além dos muros das unidades, se tornando assim divulgadores e multiplicadores da mesma.

Para fins de registros, complementaremos esta primeira avaliação, aplicando um questionário objetivo, elaborado sobre a metodologia utilizada na facilitação dos momentos em grupo, diálogos e reuniões sobre a assertividade e efetividade da proposta do Programa Vida Nova, que será posteriormente organizada e divulgada para a gestão governamental, beneficiários atendidos e comunidade.

## Previsão de Cronograma e Atividades

META	OBJETIVO	DURAÇÃO	
		INÍCIO	FIM

Realizar visitas institucionais a/as unidades do Programa Vida Nova;	Estabelecer diálogos com os profissionais e beneficiários envolvidos no programa para interação das ações desenvolvidas.	05/2023	05/2024
Buscar o registro de documentos oficiais, relatórios técnicos mensais e anuais do Programa Vida Nova elaborados pela coordenação e gestão estadual.	Identificar dados e informações estabelecendo pontos de análise que auxiliem na avaliação dos processos e resultados, sendo positivos ou negativos;	06/23	12/23
Sistematização de Dados e elaboração de uma escala de desempenho para auxiliar na avaliação dos resultados, utilizando instrumental de coleta de dados.	Organizar todas as respostas, informações e dados obtidos na aplicação dos instrumentais de coleta de dados e avaliar a atuação e as ações com foco no estabelecimento de critérios.	07/23	05/24
Realizar reuniões com a comunidade no entorno das unidades, mapeando o território;	Promover a participação da comunidade na análise de um importante Programa Social, tornando-os parte integrante desse processo;	10/2023	12/2023
Elaborar um relatório analítico	Apresentar o resultado da intervenção, mostrando as potencialidades, mudanças e desafios do Programa Vida Nova.	03/2023	05/2024

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Curso de Especialização em Gestão de Políticas Sociais, ao longo das aulas, nos permitiu um olhar mais crítico sobre a realidade que já existia anteriormente, que foi se ampliando para um entendimento mais teórico, científico, provocando assim, o exercício da reflexão crítica sobre vários temas abordados, conceitos novos apresentados pelos autores lidos, nos levando a intervenções, problematizações e questionamentos, produção de sínteses sobre assuntos já vivenciados diariamente no contexto da atuação profissional.

As aulas expositivas dos professores e as trocas de experiências e visões entre os colegas da turma foram fundamentais para ampliação do conhecimento, da consciência a respeito das várias realidades apresentadas sobre políticas sociais e da forma como estão sendo aplicadas efetivamente na realidade atual.

Passamos a entender que a preponderância da família como referência fundamental nos diferentes sistemas de proteção social vem sendo reveladora de amplas discussões quanto ao papel desta e do Estado na satisfação das necessidades humanas da população, embora sob diferentes perspectivas. Os elementos de análises sobre a centralidade da família nas políticas sociais estão direcionados para as transformações provocadas pela globalização, assim, os estudos são direcionados no sentido da necessidade das políticas sociais se valerem destas

mudanças e minimizar a situação de pobreza das famílias, indicando que a razão de existir do trabalho social com a família é a proteção social adequada e, nessa perspectiva deve ser capaz de criar uma nova relação entre indivíduo e coletivos redefinindo o campo comum dos direitos e obrigações, distanciando a priorização do campo das obrigações das famílias sem reconhecer direitos e conquistas que ainda não foram viabilizadas pelo estado.

A partir dessas convicções e conhecimentos, foi preciso repensar numa transformação da sociedade em relação as pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade e risco, buscando a superação dessa vivência dos coletivos empobrecidos e ascensão em amplos aspectos que perpassa pelo âmbito das políticas públicas como garantia de direitos que, essa seria a base para construção de novos sujeitos e sociedades mais democráticas, comprometidas com a cidadania e diminuição das desigualdades sociais, entendendo que tal processo promove a autonomia e empoderamento dos indivíduos e dos sujeitos envolvidos, onde as relações sejam mais horizontalizadas, repensando a lógica da relação entre poder público e beneficiários, tornando assim, o cidadão como um facilitador do processo e não apenas receptor de “benefícios”.

Realizar um curso dessa natureza e grandeza de forma EAD, nas noites de sexta-feira e sábados, após horas e dias de extremo cansaço das atividades diárias, não foi de fato fácil, porém, desafiador e estimulador, o que nos projeta para desafios maiores, com uma visão ampla sobre Políticas Públicas, foi possível aprimorar a atuação já praticada no cotidiano, indo para além do que já estava posto, passamos a repensar valores e atitudes e aplicar de forma mais participativa e efetiva.

Dessa forma, sinto-me motivada e preparada para propor ações/intervenções junto as instituições públicas, terceiro setor, comunidade em geral, beneficiários, entre outros, visando o enriquecimento dos debates sobre políticas públicas e programas sociais, evidenciando sua importância para a superação das dificuldades humanas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRETCHE, M. Democracia e redução da desigualdade econômica no Brasil: a inclusão dos outsiders. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, n. 96, 2018.

AVELAR, L.; CINTRA, A. O. **Sistema político brasileiro**: uma introdução. Konrad Adenauer/Unesp, 2015.

ÁVILA, Célia M **Gestão de projetos sociais - Avaliação de Projetos Sociais**, 2001

BRASIL. Constituição Federal – 1988;

BRASIL. Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Nota Técnica Nº 74.

BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social – 1993;

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social – 2004;

CARVALHO, M. C. Brant. A reemergência das solidariedades microterritoriais na formatação da política contemporânea. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação Seade, v. 11,n. 4, out./dez. 97.

ESPING\_ANDERSEN, Gosta. As Três Economias Políticas do Welfare State. Revista Lua Nova, São Paulo, n. 24, 1991.

Fernandes (2011 apud PEREIRA, 2011)

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social na contemporaneidade**. São Paulo, Cortez, 1998.

KERSTENETZKY, Célia Lessa. O Estado do Bem-Estar na Idade da Razão: a reinvenção do Estado social no mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

LOTTA, G. Burocracia, redes sociais e interação: uma análise da implementação de políticas públicas. **Revista de Sociologia e Política**, v. 26, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PASSOS, Talita Kelly de Sousa; TEIXEIRA, Solange Maria. Neoliberalismo, democracia e políticas sociais: Paradoxos de uma barbárie. **Textos contextos (Porto Alegre)**, p. 37389-37389, 2021.

Paulo: Cengage Learning, 2017.

PEREIRA, P. **A Assistência Social na perspectiva dos direitos: Uma crítica aos padrões dominante de proteção aos pobres no Brasil**. Brasília, Thesaurus, 1996.

PERNAMBUCO, Decreto nº 39.851 de 19 de setembro de 2013

PERNAMBUCO, normativas técnicas do programa vida nova – 2013

PERNAMBUCO, Proposta pedagógica para o programa vida nova – 2010

PERNAMBUCO, sigas – Sistema de Informação e Gestão da Assistência Social

PIRES R.R. LOTTA G. Burocracia de nível de rua e (re) produção de desigualdades sociais: comparando perspectivas de análise. In: PIRES, Roberto. (org.) Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas. Brasília, IPEA. 2019.

RIBEIRO, Paulo Silvino. "Ideia de Política em Norberto Bobbio"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/ideia-politica-norberto-bobbio.htm>. Acesso em 19 de abril de 2023.

SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, jul/dez 2006, p.20-45.

SPOSATI, A. (2016). Financiamento e política pública de assistência social. *Revista Parlamento E Sociedade*, 4(7), 103–118.

## **APENDICE:**

### **Momentos marcantes da trajetória do Programa Vida Nova**

Destacamos em sucessivo alguns momentos que marcaram a trajetória do Programa Vida Nova: ANOS 2008-2009 • Implantação de Biblioteca Comunitária - Ação da Secretaria Estadual de Educação em parceria com o Programa Vida Nova, na implantação de uma Biblioteca Comunitária no Centro da Juventude de Santo Amaro; • Implantação dos Projetos Travessia, EJA e o Programa Paulo Freire nos Centros da Juventude; ANO 2010 • Reformulação da Proposta Pedagógica do Programa Vida Nova –i elaborada em exemplar único, contemplando todas as Unidades (CJ, CCA I, CCA II, CAUD I, CAUD II); • Reconhecimento Nacional: O Programa Vida Nova participou no mês de Dezembro em Brasília, do Observatório de Boas Práticas e Projetos Inovadores em Direitos da Criança e Adolescente, considerado o maior evento realizado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Concorreu com 161 projetos de todas as regiões do país e foi selecionado dentre os 50 para expor seu trabalho no evento como uma prática inovadora; • Implementação do Site - Contratação de uma empresa especializada para planejamento, criação e desenvolvimento de uma website para o Programa Vida Nova; • Fortalecimento da Rede Socioassistencial de enfrentamento ao Crack e outras Drogas – participação e construção dos fóruns, seminários, palestras e conferências intersetoriais; • Participação no lançamento do Plano Nacional de Ações Integradas de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, realizado pelos Ministérios da Justiça, Desenvolvimento Social, Saúde, entre outros, em Brasília - DF; • Lançamento do Plano Estadual de Ações Sociais Integradas, com assinatura do Governador Eduardo Campos em ato solene do Decreto nº 35.050 instituindo 11 Secretarias de Estado para composição do Grupo de Trabalho; • Realização do 1º Seminário Estadual de Enfrentamento ao Crack, realizado na Faculdade Maurício de Nassau para nivelamento de informações, mobilização da rede e recolhimento de sugestões para o desenvolvimento das ações, contando com a participação de 600 profissionais da área; • Contribuição na realização das Conferências Regionais Sobre Drogas em parceria com o CEPAD, desenvolvidas em seis diferentes regiões de Pernambuco para levantar sugestões na construção da Política estadual Sobre Drogas, com aproximadamente 1.000 participantes no total; • Participação de edição do Natal Legal promovido pelo Instituto Amigos da Rua – IAR

com participação de 1.500 crianças de 05 a 12 anos atendidas em 35 unidades do Programa Vida Nova, realizado no Mirabilândia. ANO 2011 • Criação do Fórum Metropolitano de População em Situação de Rua para discussão de demandas pertinentes à esse público na proposição de políticas públicas. Participação dos Municípios de: Recife, Olinda, Jaboatão dos Guararapes, Cabo, Paulista; Pastoral do Povo de Rua e entidades sociais. ANO 2013 • Reformulação do Decreto Estadual que institui o Programa, alteração DECRETO Nº 39.851, de 19 de setembro de 2013; • Resolução do CEAS nº 297 de 27/05/2013 que aprova a Minuta do Decreto de Reordenamento do Programa Vida Nova, o qual foi instituído inicialmente pelo Decreto nº 30.874 de 10-10-2007; • Portaria Nº 058 de 22 de março de 2013 que dispõe sobre os procedimentos administrativos necessários para adesão dos municípios ao sistema de transferência Fundo a Fundo de que trata a Lei Estadual nº 11.297/2005 e o Decreto Estadual nº 38.929/2012. As Unidades do Programa passaram a serem cofinanciadas através desse Sistema; • Portarias (nº 99 de 28 de junho de 2013 – CCA, nº 100 de 28 de junho de 2013) que foram implementadas para o cofinanciamento dos serviços ofertados nas Unidades de Atendimento do Programa; • Resolução CEAS Nº 317/13 de 25 de Novembro de 2013 que aprova a Normativa Técnica que norteia as atividades e ações do Programa e suas Unidades de Atendimento.

**Acervo fotográfico:**



**Encontro dos jovens com o Governador Eduardo Campo - 2009**

## Entrega dos certificados das oficinas profissionalizantes:

Curso de qualificação profissional: Recepcionista



Aula de inclusão digital



Oficina de sustentabilidade ambiental, reciclagem